



Diário Notícias

01-09-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Política

Dimensão: 3186

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/6 a 9

BAGÃO FÉLIX
ECONOMISTA

*“Não vejo
drama em
haver uma
aliança entre
o PS e o CDS”*

ENTREVISTA PÁGS. 6 A 9

Entrevista António Bagão Félix

“Portas será o protagonista da relação diferente com a troika”

Governança O ex-ministro das Finanças e da Segurança Social considera que estar-se-á perante uma grave crise política e um desafio ao Presidente caso o próximo Orçamento do Estado apresente partes inconstitucionais. Pede austeridade inteligente para aproveitar a retoma e entendimento até ao fim da legislatura entre o primeiro-ministro e o seu ‘vice’



JOÃO CÉU E SILVA
Jornalista

Estamos a dias do início da oitava e da nona avaliações. Acha que é o momento certo para a negociação do segundo resgate? Espero que bem que não. Não há nenhuma razão para ser o início da negociação de um segundo resgate. Pelo contrário, deve ser o princípio da continuação de uma austeridade que se quer mais inteligente e que concilie melhor alguns sinais positivos, ainda que ténues e não totalmente sustentáveis, com a necessária consolidação orçamental e o equilíbrio das contas externas.

A troika irá aceitar alguma flexibilização das metas acordadas nos últimos tempos? Creio que o exemplo da Grécia tem, pelo menos, essa vantagem: mostrar à troika que não se deve repetir erros que foram e estão a ser cometidos. Ou seja, se o erro faz parte da natureza humana, já a repetição é uma obstinação que, neste caso, tem de ver com o futuro do País e que deverá ser acautelado. **Portugal tem aprendido com os erros na Grécia, tal como a troika com os seus?** É difícil falar da troika porque ela existe a dois níveis: ao dos seus dirigentes máximos, que até têm compreensão para a conciliação das diferentes variáveis económicas e sociais em jogo; e ao dos técnicos que dialogam com as autoridades portuguesas e não terão essa flexibilidade. Por isso, o que tem de ser revigorado é o profundo contacto com as autoridades máximas das três entidades. **Vitor Gaspar nunca exigiu flexibilidade?**

Não vou tão longe. Evidentemente que o professor Vítor Gaspar foi um ministro bastante obstinado naquilo em que acreditava. Agora, inevitavelmente, se não era, parecia ser o quarto elemento da troika em vez do “representante” do Governo português. Utilizando a linguagem popular, a troika dizia mata e ele dizia esfolo, e é esse sentido que tem de ser alterado, até porque há alguns prenúncios de que a perspetiva de que estávamos não num triunvirato mas quase num quadrivirato se transforme num debate forte, intenso e vigoroso entre as duas partes: a troika e o Governo português.

A inusitada carta de demissão de Gaspar foi mea culpa sobre a sua política ou não?

Só ele sabe. Eu li a carta não no sentido de mea culpa, mas no de uma declaração objetiva de alguma impotência face às circunstâncias em que estava a atuar.

Designadamente, a fraqueza da liderança do primeiro-ministro?

Isso pareceu-me quase explícito na carta.

Foi ministro das Finanças. Sentiu incompreensão para fazer a política certa?

Costumo dizer que ser ministro das Finanças é um lugar muito solitário e incompreendido, em que se rema contra a maré da despesa e da facilidade. Os ministros sectoriais compreendem muito bem os cortes nos outros ministérios, mas têm dificuldade em compreendê-los no seu.

Maria Luís Albuquerque irá conseguir remar contra a maré? Não a conheço a não ser publicamente, mas



“
Era bom que os partidos em próximas eleições se apresentem ao eleitorado com toda a verdade”

“
A próxima avaliação da ‘troika’ deve ser o princípio de uma austeridade que se quer mais inteligente”

acho que parece indiscutivelmente uma pessoa com capacidade e conhecimentos técnicos. Acho que foi a solução possível, pois dificilmente se encontraria uma pessoa disposta a ser ministro das Finanças vinda de fora no atual contexto. É uma decisão consistente do primeiro-ministro, falta é ver como se vai gerir todo esse conjunto de relações, designadamente com a troika, em termos da ministra das Finanças, do vice-primeiro-ministro e do próprio primeiro-ministro. Esse é o ponto fundamental, mesmo que ache ser possível conciliar as vertentes.

Disse “opção possível”. Porque a opção Paulo Macedo não era equacionável?

Era equacionável e não acho que a solução Maria Luís Albuquerque fosse a única. Evidentemente, falou-se em Paulo Macedo, que poderia dar um bom ministro das Finanças dentro do conjunto dos ministros. **Quem fará frente à troika? O vice-primeiro-ministro ou a ministra das Finanças?**

Não sei qual é a delegação de poderes que o primeiro-ministro dará ao “vice”, mas pelo que até agora pudemos assistir, evidentemente será Paulo Portas o protagonista dessa diferente maneira de encarar a relação com a troika. Com uma eventual revisão das metas e um eventual aumento do que chamo uma austeridade inteligente e exemplar, em vez, simplesmente, de nova carga muito pesada sobre os portugueses. Penso que Paulo Portas tem sensibilidade social e um compromisso político e que é ele quem estará a protagonizar essa situação, com a ajuda da ministra das Finanças.

Considera que estes dois últimos anos não foram de uma austeridade inteligente?

Em parte, não. Precisávamos e precisamos desse período forte e, infelizmente, longo de austeridade. É uma realidade, e quem disser o contrário estará a mentir. Não temos moeda própria, não podemos continuar com o endividamento público nem com o externo. Só que a austeridade não é uma via única e o próprio tempo de ajustamento é uma variável. Basta ver que desde a assinatura do memorando, em julho de 2011, muita coisa se modificou na Europa e nos parceiros com os



FOTOS DE SARAMATOS/GLOBAL IMAGENS

“A troika não tem de exigir nada”

Quando o Governo afronta o Tribunal Constitucional, não é também um desafio ao Presidente da República?

Sim, é um desafio ao Presidente, no sentido em que é o Presidente quem manda para o Tribunal Constitucional uma apreciação preventiva.

Se no próximo Orçamento do Estado se repetirem as mesmas afrontas dos dois anteriores, o Presidente deverá enviá-lo logo para fiscalização preventiva?

Eu não sei o que é que o Presidente da República faz! Pessoalmente, acho que se isso acontecer, deverá fazê-lo. Primeiro por uma questão de segurança jurídica, até porque não podemos continuar a conhecer a meio do ano que algumas medidas são declaradas inconstitucionais e outras não, porque é um desgoverno orçamental muito grande. Em segundo lugar, se o Presidente tem dúvidas sobre situações que têm o mesmo teor e a mesma lógica de inconstitucionalidade de outras que anteriormente colocou, deve fazê-lo o mais depressa possível para que a situação seja clarificada de imediato.

A justificação que é sempre dada é ser a troika que exige. Acredita na desculpa?

A troika não tem de exigir nada! O Governo tem utilizado uma expressão que é: “Ou outras medidas de igual montante ou da mesma qualidade.” Ora, se o Governo diz isto, ou o afirma sem consistência ou é porque acredita. Se assim é, tem a obrigação de procurar outras medidas. E acho que podem existir outras com diferente velocidade do programa de ajustamento e que não ponham em causa perspetivas de relançamento económico.

Pode dar um exemplo?

Do lado fiscal, por exemplo no aumento do IVA para 23%, sobre o qual eu gostava de saber se existe algum estudo – ou se está a ser feito – para evidenciar o que é que poderá acontecer se a taxa for reduzida. O que, acontecendo, criaria mais consumo, faria que menos restaurantes fechassem, houvesse menos desemprego e menos subsídio de desemprego. Ou seja, qual delas é mais positiva? Por outro lado, há questões que deveriam ser questionadas. No IRS, chegámos a pontos de quase confisco fiscal e, no entanto, o Governo só se está a preocupar com o IRC. Eu acho isso muito injusto, porque não estou a ver ninguém a investir mais em Portugal por descer dois ou três pontos em três ou quatro anos.

Até porque não há garantia que se mantenha por muito tempo.

Exactamente. E quando há grandes investimentos, existe sempre a possibilidade de negociar caso a caso. Quanto ao IRS, neste momento, com todas as sobretaxas que tem, está numa situação em que reduz brutalmente o consumo disponível das famílias e, por essa via, do próprio produto, do emprego e da redução do emprego. Ou seja, não serve a pinguém.

PERFIL

- » Nasceu em Ílhavo em 1948
- » Licenciou-se em 1970 em Finanças pela Universidade Técnica de Lisboa – ISEG
- » Entre 1970/73 cumpre serviço militar
- » Foi diretor financeiro da Companhia de Seguros A Mundial; membro do Conselho de Gestão da COSEC, do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Seguros; administrador do BCI; vice-governador do Banco de Portugal; diretor-geral do BCP, onde também administrou seguradoras do grupo
- » É professor catedrático convidado da Universidade Lusíada, foi assistente do ISCEF e do ISCTE e membro do Conselho Geral da Univ. de Évora
- » Exerce funções em várias associações de natureza cívica e social
- » Foi secretário de Estado da Segurança Social dos VI, VII e VIII Governos e do Emprego e Formação Profissional do XI Gov.; ministro da Seg. Social e Trabalho no XV Governo e das Finanças e da Adm. Pública no XVI Gov.. É conselheiro de Estado

quais temos relações comerciais. Um dos erros destes programas de austeridade é ter o mesmo conjunto de soluções dos países que têm moeda própria. É um erro que a Grécia está a pagar bastante caro e que tem de ser modificado em Portugal.

Não concorda sequer com o debate em torno da saída do euro?

O debate vale a pena, mas é entrar num buraco negro. Uma coisa era termos questionado se deveríamos ter entrado naquela altura e por aquele preço, agora sair do euro unilateralmente era mais arriscado. Se a questão for qual o futuro do euro, considero que o que vai existir é um duplo euro, de maneira a igualar as diferenças que existem entre os países mais ricos e os mais pobres dentro da União europeia.

Este euro não faz sentido?
Tem alguns pecados originais, um deles é fazer partir do mesmo ponto países que estão em situações completamente diferentes. Numa corrida de 100 metros, a Alemanha só

percorre 50 e Portugal, 90. Por outro lado, todos os critérios da União Económica e Monetária, e do euro em particular, são monetários. Não há um critério social, como o do desemprego. Se fosse, obviamente que seria uma situação acutelada. E falo de desemprego, não só por razões de natureza social e humana, mas porque ao ser criado por uma excessiva dose de austeridade é a principal causa de desequilíbrios orçamentais.

Austeridade “pouco inteligente” é a aposta do primeiro-ministro, contrária à maioria dos economistas. Porquê?

Não sei, essa é uma questão boa para fazer ao primeiro-ministro. Em todo o caso, penso que há aí a lógica imperativa que o anterior ministro das Finanças punha nas questões e que influenciava o primeiro-ministro.

Também não vê como positiva a posição do líder do seu partido, o CDS, tão diferente agora da de antes de entrar no Governo?
Sim, mas isso pode-se dizer de praticamente-

“
Um dos erros destes programas de austeridade é ter o mesmo conjunto de soluções dos países que têm moeda própria. A saída do euro é um buraco negro”

António Bagão Félix

► te todos os partidos que entram num governo. Aliás, é um ponto em que esta crise tem um aspeto positivo, e era bom que os partidos em próximas eleições se apresentem ao eleitorado com toda a verdade. O CDS tem uma perspetiva muito humanista das questões, mas chegou ao Governo com um constrangimento do programa de ajustamento tão forte que apenas pode contrariá-lo na margem e não no todo. Agora, o que me parece importante é que em 2015 os partidos tenham nos programas, além da lengalenga habitual, medidas concretas para uma situação concreta. Acabou o tempo de quando se está na oposição a dizer uma coisa e no Governo fazer outra.

As autárquicas vão espelhar o sentimento de desagrado com o Governo atual?

Admito que nas grandes cidades isso possa acontecer um pouco, mas não nos concelhos mais pequenos, porque continua a ser uma eleição muito marcada por questões de confiança pessoal. Não creio sequer que se possa tirar grandes ilações como, por exemplo, quando António Guterres resolveu demitir-se do Governo na sequência de umas eleições autárquicas. É errado, dada a lógica diferente, tal como é a das eleições europeias.

Acredita que a crise política deste Governo foi ultrapassada até ao fim da legislatura?

Não sei se foi ultrapassada, mas teve uma boa solução. Resolveu-se o problema de um dos pecados originais do Governo, de o líder do segundo partido não ser o segundo membro do Governo na hierarquia. Por outro lado, há compromissos mais estáveis entre o primeiro-ministro e o vice-primeiro-ministro que, visto de fora, é positivo. Penso que um ponto importante para o teste decisivo será o próximo Orçamento do Estado. Isto é, qual vai ser a meta do défice, o método dos cortes e o que é possível fazer com a tal austeridade inteligente, sob pena de as medidas anunciadoras de bonança serem destruídas com novo golpe fatal sobre os portugueses.

Que golpe fatal?

O de em vez desta provável bonança se verificar nova carga brutal, os tais 3700 milhões, sobre a classe média e pessoas que têm rendimentos disponíveis relativamente baixos. Mas acredita num Governo de legislatura? Neste momento, tendencialmente, é mais no sentido de que se aguenta do que não.

Porque conta com o apoio do Presidente?

Naturalmente, porque conta com apoio institucional. O Presidente esteve bem quando procurou um compromisso ao não existir um consenso entre os três partidos. Mas, repito, o teste decisivo é o Orçamento do Estado. Admite que depois de ultrapassado o primeiro resgate, o Presidente pondere demitir o Governo e convocar eleições?

Acho que não, e na minha opinião seria um erro, pois no pós-troika estaremos a um ano das eleições, e é natural esperar que os mandatos possam ser concluídos naturalmente, bem como após a saída da troika Portugal volta a estar sob os radares dos mercados.

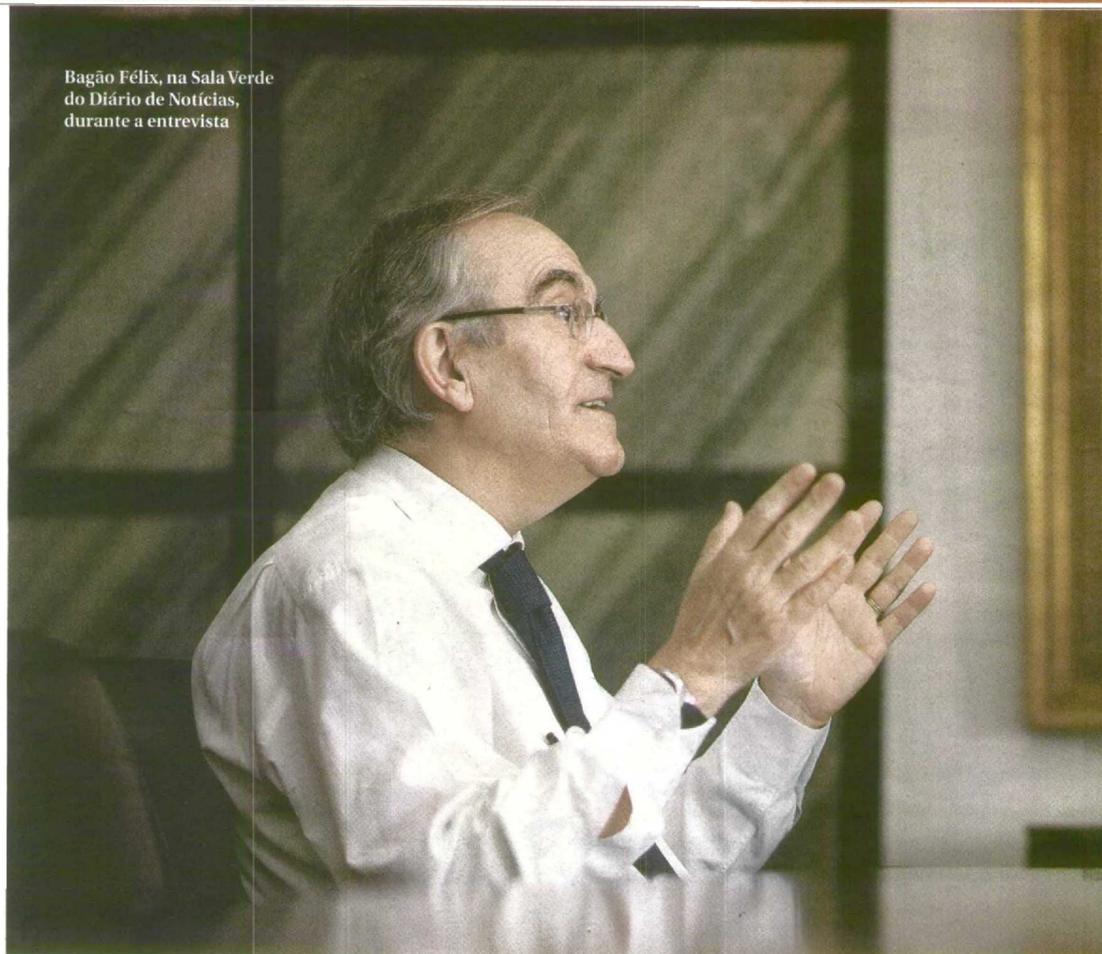
O programa cauteloso não será suficiente?

Sim, mas o programa cauteloso, que é um programa inteligente do Banco Central Europeu, também vai gerar condicionalismos. Ou seja, o pós-troika não é estar isento de restrições orçamentais ou fiscais, é estar de maneira diferente com os referidos condicionalismos.

A oposição e os portugueses receiam que o próximo Orçamento volte a levantar questões de constitucionalidade. Há perigo?

Sim, há esse perigo nas medidas que se falam. Uma, foi a questão dos despedimentos sob o eufemismo da requalificação, que é des-

Bagão Félix, na Sala Verde do Diário de Notícias, durante a entrevista



pedimento a prazo. A questão da convergência das pensões é outra questão muito polémica, até porque terá um carácter retroativo. Volta-se a pôr a questão da contribuição extraordinária de solidariedade sobre as pensões que o Tribunal Constitucional deixou passar por ser excecional e não uma medida por muito tempo. Tal como outras medidas na Segurança Social que, eventualmente, poderão ter problemas de constitucionalidade. De qualquer modo, mesmo tendo de esperar pelo anúncio das medidas, parece-me é que falar de reforma do Estado não pode ser falar de um corte de pensões.

É nisso que está baseada esta reforma?

Não se sabe, espero que haja possibilidade de mostrar que as medidas da reforma do Estado ultrapassam o "mero" ponto de vista político de corte de empregos.

As declarações de Passos Coelho a propósito do Tribunal Constitucional não são pressões pouco habituais em Portugal?

Pessoalmente, não acho dramático que o primeiro-ministro faça pressões legítimas e à luz do dia sobre órgãos de soberania. Porque é que o Tribunal Constitucional há de ser intocável? Toda a gente pode fazer pressão sobre os partidos, sobre o Governo, sobre o Presidente da República, então porque não pressão opinativa sobre os tribunais? Parece-me ridícula a ideia de o primeiro-ministro não o poder fazer. O primeiro-ministro tem de ter em conta que não deve cometer erros continuados relativamente ao Tribunal Constitucional, ou seja, tentar antecipar e antever qual vai ser a sua posição relativamente a alguns pontos no Orçamento do

“
É inusitado nacional ou internacionalmente que um Governo que tem dois orçamentos com partes importantes consideradas inconstitucionais o repita”

“
Não creio que se possa tirar grandes ilações [das autárquicas] como quando Guterres resolveu demitir-se do Governo. É uma lógica eleitoral diferente”



Estado para 2014 porque já há jurisprudência suficiente para o saber. Seria uma crise política muito grande se, novamente, o Tribunal Constitucional declarar uma ou algumas dessas como inconstitucionais.

Não indícia tudo para que tal se repita?

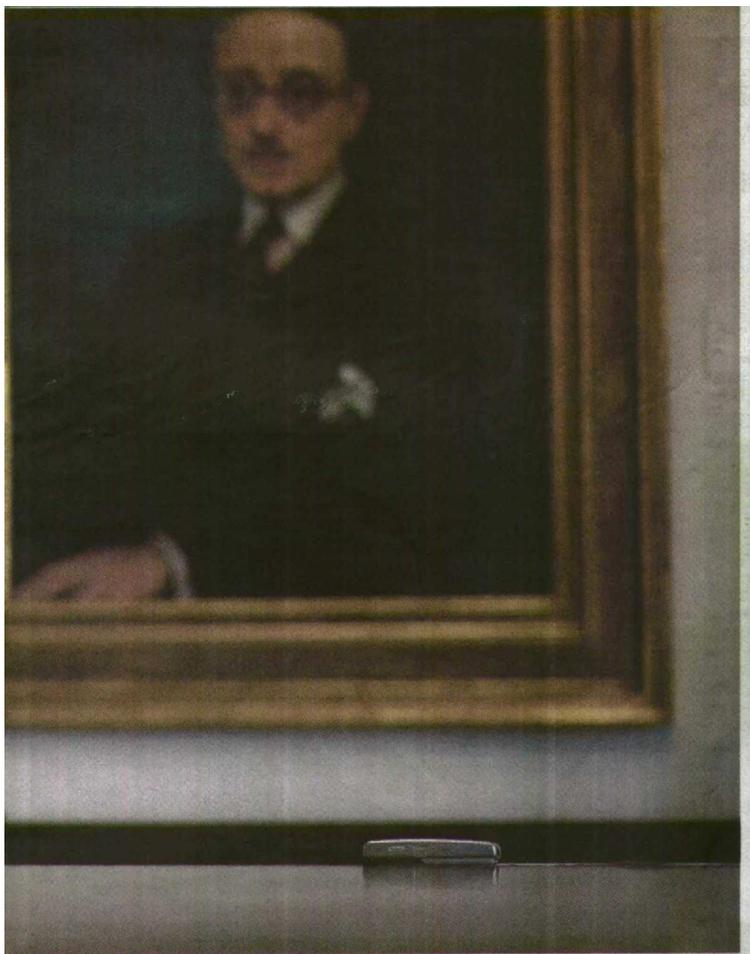
Há esse risco, e por isso é que essa é a parte importante que o primeiro-ministro e o Governo devem ter em conta.

É um risco aceitável por parte do Governo?

É cada vez menos aceitável, porque um Governo que já tem dois orçamentos com cláusulas ou partes importantes consideradas inconstitucionais, à terceira vez é inusitado, quer nacional ou internacionalmente.

Esqueceria os últimos dois anos ou é um processo natural na vida nacional?

Esquecer não. Foram dois anos muito importantes, com bastantes pessoas sacrificadas, e, nessa perspetiva, é preciso retirar lições. A lição é de que não podemos continuar, como anteriormente, a viver acima das possibilidades. Portanto, o País teve de reduzir a escala no contexto da capacidade económica que tem. Não é empobrecer, porque não gosto dessa expressão, mesmo que tenhamos muitas vezes uma estrutura de consumo própria dos países mais desenvolvidos e uma estrutura produtiva económica própria dos menos desenvolvidos. É essa divergência que estes dois anos ensinam: que não a devemos esquecer para a não repetir. Os portugueses vão esquecer esta lição? Tenho dúvidas. Mas se não tirar, é um atestado de menoridade ao povo português, que, apesar de tudo, ao longo da história tem dado lições de sabedoria.



“Passos Coelho cai em erros por inexperiência política”

Como vê os anúncios do crescimento da economia revelados recentemente? São fiáveis ou apenas conjunturais?

Tem as duas situações. Como a economia portuguesa travou a fundo no ano passado, quando as pessoas, as empresas, o investimento e o consumo interno cortaram de todas as formas, as empresas tiveram medo e consciência da situação recuando brutalmente, como era lógico. A partir do momento em que a situação entrou numa espécie de planalto e sem grandes oscilações, começa a haver, ainda que muito ligeiramente, um retomar da confiança ainda muito insípido mas já num sentido positivo do investimento. As exportações têm sido exemplares nesse aspeto, embora em parte devido a um bem que tem pouco valor acrescentado: o da refinação dos combustíveis. Esta é a parte que permite ter alguma esperança. E depois há a parte conjuntural, que resulta de estarmos no período em que, normalmente, há mais atividade económica e emprego sazonal.

Paulo Portas é o responsável pelo investimento...

Não sei, depende da delegação de poderes!

... Parece que sim. Acha que está preparado para essa tarefa?

Acho que sim, até porque já estava a fazer um trabalho bastante meritório no Ministério dos Negócios Estrangeiros. É uma pessoa bastante inteligente, e quando se agarra a essas questões, fá-lo com unhas e dentes. Não é pessoa de deixar os dossiês a meio, porque é muito assertivo.

Portas também vai ter um bom papel na concertação social, que estava completamente deitada abaixo?

Sim, pode reforçar as pontes para o principal parceiro social que nesta situação importa ter em conta: a UGT. Mesmo que nesse âmbito dependa em muito do Orçamento do Estado para 2014. Esse vai ser o momento crítico, ou no sentido positivo ou no sentido negativo. Espero que positivo.

Pedro Passos Coelho envolve-se constantemente numa guerrilha com o País. Porquê?

Não sei... Não tenho bem essa opinião, não acho que ele se envolva. O que poderia era evitar algumas coisas, como a de anunciar coisas antes do anúncio, sobretudo quando as medidas são más. É retrair as expectativas das pessoas ainda mais. Além de que, muitas vezes, anuncia medidas que ainda não estão completamente definidas. Como ele já caiu nesse erro várias vezes, parece-me que é resultante de alguma inexperiência.

“Não vejo drama em haver uma aliança entre o PS e o CDS”

Fez recentemente declarações no sentido de defender entendimentos futuros entre o CDS e o PS. É esse é o caminho?

Fiz essas afirmações na altura em que se falava na possibilidade de eleições antecipadas. Para mim, o PS, tanto quanto se percebe, é um partido que historicamente só tem feito, e provavelmente continuará a fazer quando não tem maioria absoluta, coligações à sua direita. Portanto, só pode fazer com o PSD ou com o CDS. Pessoalmente, não gosto do Bloco Central. Acho que é centralizar todos os vícios sem que daí resultem grandes benefícios para o povo português. Portanto, prefiro soluções de um partido maior e de um partido menor, seja PSD/CDS, que é a mais natural à direita. Mas a não existir, não vejo nenhum drama em haver uma aliança do PS/CDS. Porque é uma aliança onde do ponto de vista doutrinário e ideológico é mais nítida a sua diferença e, assim sendo, é mais nítida sua diferença e a dialética da coligação pode ser mais positiva. **Sendo democrata-cristão, vê o PS mais alinhado com os ideais do CDS?**

Não! Vejo clareza e distinção ideológica mais claras. E a clareza da situação de dois partidos é um fator positivo para o êxito de uma coligação, seja ela qual for. Agora diz-se — não sou eu que estou a dizer — que o PSD está mais à direita do que o CDS, e são essas coisas que fazem que a certa altura as pessoas tenham dificuldades em perceber a realidade. Assim, uma aliança PS/CDS, se vier a verificar-se um dia, não é dramática e espelha, aliás, o que foi o desenvolvimento da Europa no pós-Guerra, ou seja, a aliança entre a democracia cristã e o socialismo democrático, em que do ponto de vista da sensibilidade social são o CDS e o PS, embora às vezes com caminhos diferentes e com alguma demagogia.

A atual direção do PSD esquece a sua matriz social-democrata cristã?

Eu tenho alguma dificuldade em responder a isso, porque o PSD é um partido muito português e transversal do ponto de vista de classes e de culturas. E que, às vezes, é um partido que tem a ideologia do líder tem. Já tivemos ao longo da história do PSD um partido verdadeiramente social-

-democrata, um partido liberal, um partido mais ou menos conservador ou mais ou menos tecnocrático. Creio é que é muito importante, ao contrário do que se afirma, que a política no sentido doutrinário e ideológico do termo tenha muita importância. O mundo, e não só apenas Portugal, precisa dessa clarificação para não assistirmos a esta situação em que o poder político tem cada vez menos força, e há um domínio brutal, exagerado e antidemocrático dos poderes financeiros.

Como vê a atuação do secretário-geral, António José Seguro, perante a situação?

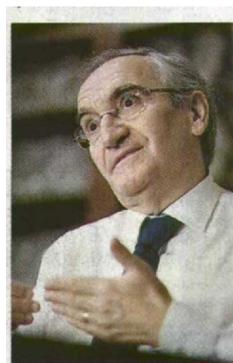
Acho que António José Seguro é um político esforçado e trabalhador, que deve ter muitas dificuldades no seu próprio partido face aos redemoinhos que nele parecem existir. Ele tem a fama de ser indeciso, de ser uma pessoa relativamente cinzenta... Não sei, são situações que só se verificam quando as pessoas estão em lugares de maior responsabilidade. Mas tenho de admitir, e agora não falo de António José Seguro, falo no geral das lideranças partidárias, que tanto em Portugal como noutros países da própria Europa, está-se a caminhar para lideranças cada vez mais cinzentas e menos assertivas, e isso não é um bom indício na vida política.

A única exceção será Angela Merkel?

Creio que a exceção será a Alemanha, protagonizada por Angela Merkel. Porque a chanceler também tem as suas dificuldades internas. Evidentemente que ela, neste momento, tem a arrogância do poder, porque é o poder que a Alemanha tem.

Acha que as eleições da Alemanha vão ter alguma influência em Portugal?

Não creio, porque Angela Merkel vencerá, tanto quanto é possível ler nas sondagens. A única dúvida é se os liberais conseguem ultrapassar a fasquia dos 5% para estarem representados no parlamento alemão e fazerem a repetição da coligação, ou se se faz a grande coligação com o SPD, cujo líder é o antigo ministro das Finanças de Angela Merkel, e que é a repetição do primeiro mandato da atual chanceler. As coisas não serão muito diferentes. Sinceramente, não creio que haja uma grande diferença.



“*O PSD é um partido muito português e transversal do ponto de vista de classes e de culturas. E que, às vezes, é um partido que tem a ideologia do líder tem*”

“*É muito importante, ao contrário do que se afirma, que a política no sentido doutrinário e ideológico do termo tenha muita importância*”